



DENÚNCIA Nº	16106/2018
PROTOCOLO SICCAU Nº	653444/2018
RELATOR	WEVERTHON FOLES VERAS

**DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT nº192/2021**

A **COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA – CED-CAU/MT**, reunida ordinariamente de maneira virtual (aplicativo Microsoft Teams), no dia *17 de março de 2021*, no uso das competências que lhe conferem o artigo 12, § 1º, da Resolução CAU/BR nº 104, o artigo 2º, inciso III, alínea ‘b’, da Resolução CAU/BR nº 30 e o artigo 95 do Regimento Interno do CAU/MT; e

Considerando os fatos expostos pelo (a) relator (a) Conselheiro (a) Weverthon Foles Veras no parecer de admissibilidade.

Considerando que há indício de infração as regras 5.2.1, 5.2.6, 5.2.12, 3.2.8 e 4.3.7 do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 52/2013 e o art. 18, incisos II e XII da Lei nº 12.378/2010.

Considerando que compete à CED-CAU/MT realizar o juízo de admissibilidade, imediatamente após a leitura do parecer de admissibilidade emitido pelo relator e que a referida Comissão decidirá pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar ou no não acatamento da denúncia e consequente determinação do seu arquivamento liminar, nos termos do art. 21, da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

**DELIBEROU:**

1. Aprovar o parecer de admissibilidade fundamentado do (a) Conselheiro (a) Relator (a), decidindo pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar.
2. Intimar as partes da instauração do processo ético-disciplinar e dos fatos imputados, indicando os dispositivos supostamente infringidos e as eventuais sanções aplicáveis, advertindo:
  - a) O denunciado a apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias, com os documentos que eventualmente a instruem e a indicação de outras provas a serem produzidas, bem como, se for o caso, o rol de testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), indicando inclusive a necessidade de audiência de instrução, arrolando testemunhas; e
  - b) Indicando a possibilidade de pedido de sigilo do processo ético-disciplinar, hipótese em que somente as partes e seus procuradores terão acesso às informações e aos documentos nele contidos, nos termos do art. 21, § 1º da Lei nº 12.378, de 2010.

Com **04 votos favoráveis** dos Conselheiros: Vanessa Bressan Koehler, Weverthon Foles Veras, Almir Sebastião Ribeiro de Souza e Elisângela Fernandes Bokorni Travassos, **00 votos contrários; 00 abstenções.**

**VANESSA BRESSAN KOEHLER**

Coordenador



DENÚNCIA Nº	16106/2018
PROTOCOLO SICCAU Nº	653444/2018
RELATOR	WEVERTHON FOLEs VERAS

---

**DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT nº192/2021**

---

**ELISANGELA FERNANDES B. TRAVASSOS**

Coordenador adjunto

---

**ALMIR SEBASTIÃO RIBEIRO DE SOUZA**

Membro – Conselheiro Suplente

---

**WEVERTHON FOLEs VERAS**

Membro

---